

30 ANOS  
A DESCOBRIR O CANCRO

ipatim**up**

RELATÓRIO E CONTAS

2022

## RELATÓRIO DE GESTÃO – 2022

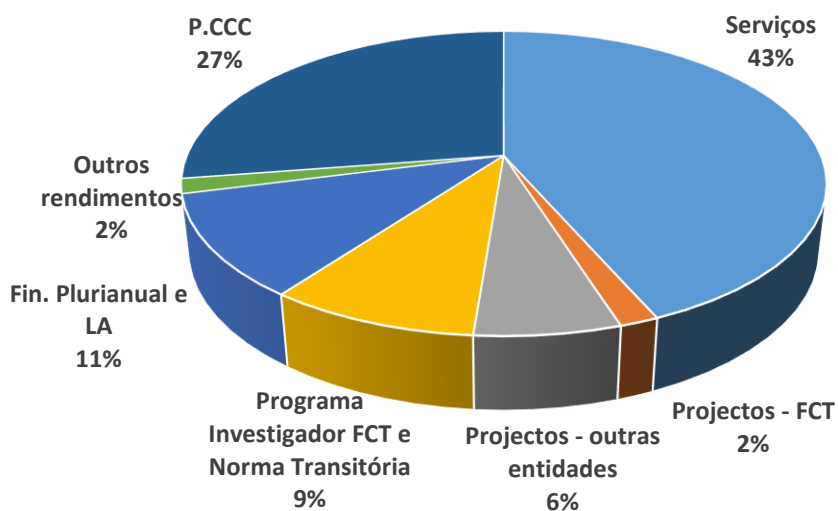
### 1. Introdução

O exercício de 2022 é marcado: a) pela progressiva representatividade da prestação de serviços de diagnóstico nas receitas do Instituto, na sequência da transferência das atividades de investigação básica para o i3S; b) pela execução do projeto *Porto Comprehensive Cancer Center (P.CCC)*, com um orçamento total de 7,5 milhões de euros.

### 2. Receitas

O somatório dos valores:

2.1) do contrato de financiamento para a Unidade de Investigação e para o Laboratório Associado i3S – financiamento plurianual e Laboratório Associado; 2.2) da faturação proveniente da prestação de serviços (diagnóstico e investigação contratada); 2.3) dos contratos para a realização de projetos de investigação, divulgação e formação; 2.4) dos contratos-programa celebrados com a FCT no âmbito da Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico; 2.5) do contrato para a realização do projeto P.CCC, aqui individualizado pela sua dimensão; 2.6) de outros rendimentos, tais como rendimentos provenientes de royalties, propinas, quotas, participações em despesas de deslocação e utilização de reagentes e instalações; atingiu, em 2022, **13,8 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



#### 2.1 Financiamento da Unidade de Investigação

Em 2022, o orçamento do Ipatimup no financiamento plurianual foi de €475.060,95 para o financiamento base (UIDB/04293/2020) e €69.145,64 para o financiamento programático (UIDP/04293/2020), encerrando o ano de 2022 com 100% de execução.

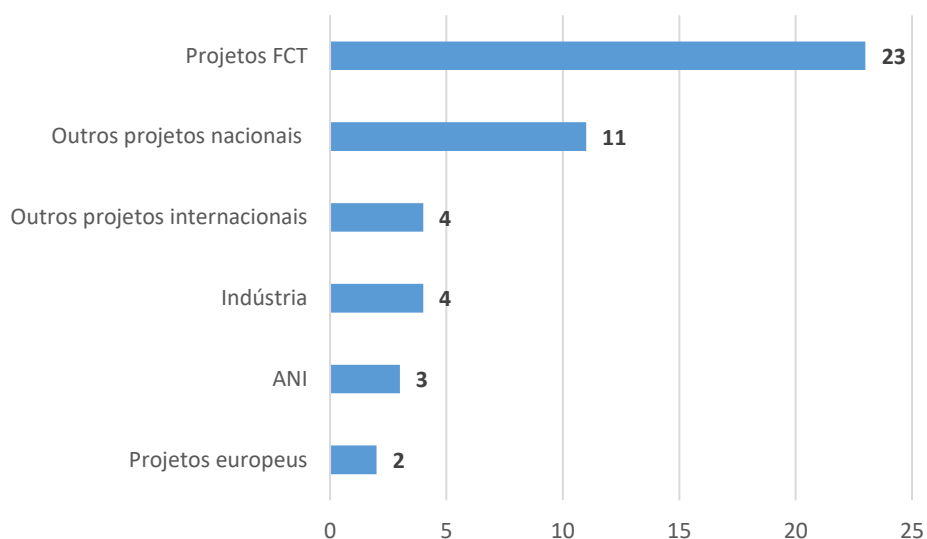
Quanto ao Laboratório Associado, o valor foi de €957.108,00, tendo sido necessário efetuar uma transferência do orçamento do i3S para os Institutos Fundadores em resultado da alteração do momento de passagem dos contratos de trabalho para o i3S para 1 de janeiro de 2023.

## 2.2 Receitas Próprias / Prestação de Serviços

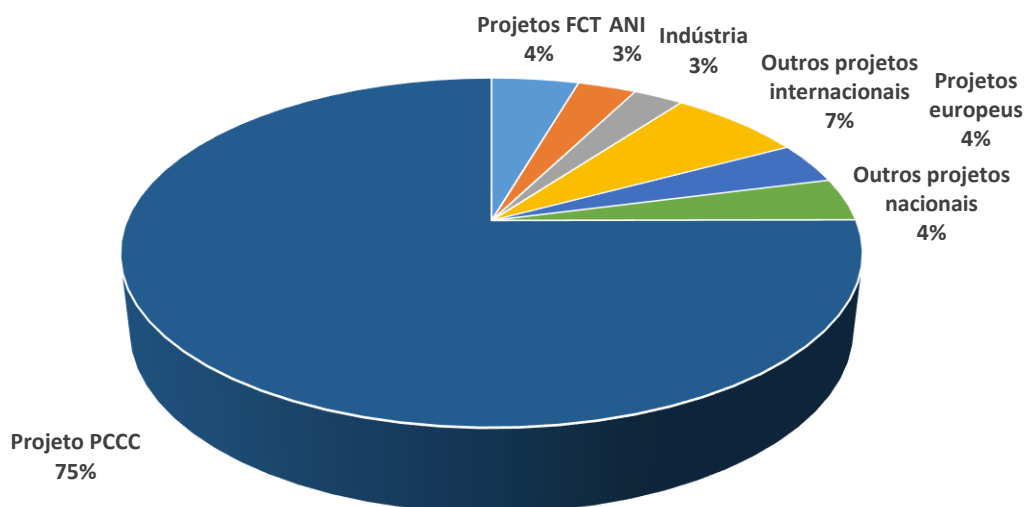
As Receitas Próprias incluem a prestação de serviços de diagnóstico e serviços de investigação contratada em projetos colaborativos. O valor da faturação proveniente das atividades de diagnóstico aumentou 662 mil euros em relação a 2021.

## 2.3 Financiamento para Projetos de Investigação, Divulgação e Formação

Foi de **47** o número total de projetos em curso em 2022, com financiamento externo, repartidos pelas seguintes entidades financiadoras:



O valor do financiamento externo contratualizado para projetos de investigação, divulgação e formação foi de **4,9** milhões de euros, com a seguinte repartição:



Financiados pela FCT, mantiveram-se em execução 23 projetos, 12 tendo o Ipatimup como entidade proponente e 11 como participante. Estes projetos concluem-se em 2023, com exceção de um que obteve prorrogação para 2024.

O projeto Porto Comprehensive Cancer Center (P.CCC) representa 75% do financiamento contratualizado para 2023. Apesar de prevermos a sua conclusão em junho de 2023 com uma execução de 100%, o impacto na tesouraria foi residual face aos montantes envolvidos, uma vez que as necessidades de realização de concursos públicos e de verificação das condições de aceitação dos equipamentos entregues levaram a um desfasamento entre a decisão de contratar e o pagamento das faturas. Em 2022, foram adjudicados 4,1 milhões de euros em equipamentos.

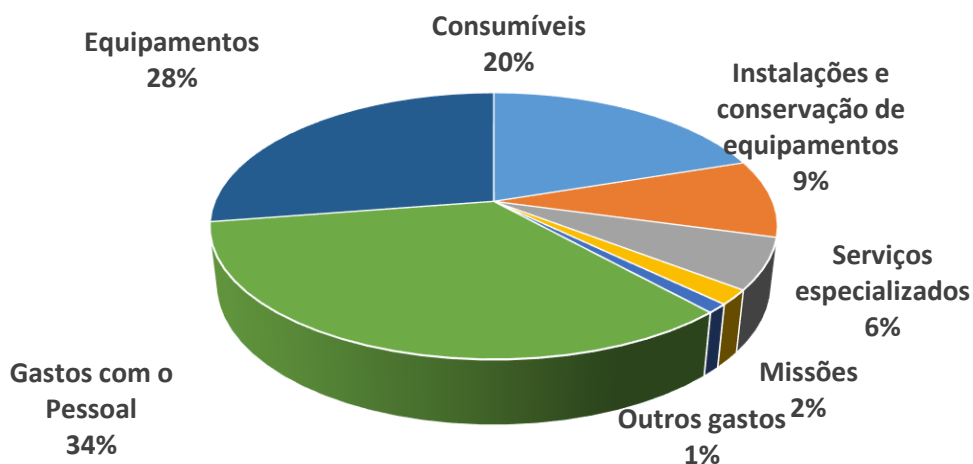
### 2.4 Emprego Científico - Norma Transitória e Concursos de Estímulo ao Emprego Científico CEEC, Individual e Institucional

Mantiveram-se em curso 16 contratos de investigador júnior, celebrados no âmbito da Norma Transitória (Decreto-Lei nº 57/2016 de 29 de agosto).

No âmbito do Concurso de Estímulo ao Emprego Científico, o Ipatimup tem 11 contratos: 1 de investigador Principal, 6 de Investigador Auxiliar e 4 de Investigador Júnior.

## 3. Pagamentos

Os custos de atividade e as compras de equipamento totalizaram **13,2 milhões de euros**, com a seguinte repartição:



Em 31/12/2022, estavam em vigor **122** contratos de trabalho (124 em 31/12/2021).

Em dezembro de 2022, foram assinados 30 acordos de cessão de posição contratual de trabalhadores do Ipatimup para o i3S, conforme previsto no Plano de Transição de atividades dos Institutos Fundadores para o i3S.

Durante o ano de 2022, foram contratados 9 Técnicos para a atividade de diagnóstico. A equipa administrativa foi reforçada com 3 pessoas. Contrataram-se 2 Técnicas para serviços transversais do i3S. Foram ainda admitidos 14 Investigadores e Técnicos de Investigação no âmbito de projetos em curso.

O número de bolsas depende diretamente do número de projetos em curso, registando-se um total de **11** bolsheiros pagos diretamente pelo Ipatimup em 31/12/2022 (19 em 31/12/2021).

O valor de **reagentes** e outros consumíveis de laboratório registou uma diminuição de 284 mil euros, em consequência da transferência progressiva da atividade de investigação para o i3S.

O Ipatimup adquiriu em 2022 **equipamento** científico, administrativo e software no valor de 3,6 milhões de euros, dos quais 2,8 mil euros estão enquadrados no projeto P.CCC.

#### 4. Factos relevantes ocorridos após o termo do exercício e evolução previsível

O i3S apresentou a fatura de recuperação de custos de funcionamento geral do edifício relativa ao ano de 2022 no mês de março de 2023, encontrando-se este valor registado pelo Ipatimup e na proporção acordada entre os Institutos Fundadores e o i3S.

A Direção do Ipatimup decidiu aplicar em estudos especiais com características de investigação de translação e aplicada um valor de 1 milhão de euros, prevendo-se usar 500 mil euros relativos ao resultado líquido de 2022 e 500 mil euros relativos ao resultado líquido que venha a ser obtido no exercício de 2023.

#### 5. Apuramento dos Resultados e proposta de aplicação

O Resultado Líquido do exercício de 2022 foi de **619.391,24** euros.

A variação de caixa e seus equivalentes foi negativa em - **235.744,43** euros, explicando-se pelos valores avultados de compras de equipamentos sem reembolso em 2022.

***A Direção propõe que o Resultado Líquido transite na sua totalidade para a conta “Resultados Transitados”.***

Porto, 15 de março de 2023

A Direção

Prof. Manuel Sobrinho Simões

Prof. José Carlos Machado

Prof. Jorge Lima

## Balanço Individual em 31 de dezembro de 2022

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31-12-2022	31-12-2021
<b>ACTIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	5.172.732,51	2.555.898,88
Ativos intangíveis	6	66.432,02	70.998,33
Investimentos financeiros	17	67.736,85	62.727,07
		5.306.901,38	2.689.624,28
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	8	23.506,61	31.937,21
Créditos a Receber	10	2.438.775,78	2.280.064,66
Estado e Outros Entes Públicos	10	931.587,60	334.924,68
Diferimentos	10	63.883,55	0,00
Outros ativos correntes	10	8.437.771,12	13.535.865,39
Caixa e depósitos bancários	4	9.912.659,88	10.148.404,31
		21.808.184,54	26.331.196,25
<b>Total do ativo</b>		<b>27.115.085,92</b>	<b>29.020.820,53</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos Patrimoniais</b>			
Resultados transitados	10	8.500.943,71	7.532.646,93
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	10	8.464.481,63	6.411.176,45
		16.965.425,34	13.943.823,38
Resultado líquido do período	10	619.391,24	968.296,78
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>17.584.816,58</b>	<b>14.912.120,16</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	10	1.087.636,87	893.635,18
Estado e outros entes públicos	10	246.298,19	201.533,01
Diferimentos	10	4.197.420,25	11.260.061,86
Outros passivos correntes	10	3.998.914,03	1.753.470,32
		9.530.269,34	14.108.700,37
<b>Total do passivo</b>		<b>9.530.269,34</b>	<b>14.108.700,37</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>27.115.085,92</b>	<b>29.020.820,53</b>

O Contabilista Certificado,  
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,  
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2021

Valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos/Otras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021</b>	1				6912630,28		6185158,54	620016,65	13717805,47		13717805,47
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico								0		0	0
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					620016,65		226017,91	-620016,65	226017,91		226017,91
	2				620016,65		226017,91	-620016,65	226017,91		226017,91
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	3							968296,78	968296,78		968296,78
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	4=2+3							348280,13	1194314,69		1194314,69
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	5										0
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2021</b>	6=1+2+3+5				7532646,93		6411176,45	968296,78	14912120,16		14912120,16

## DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIO 2022

Valores em Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Interesses que não controlam	Total dos fundos patrimoniais	
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transitados	Excedentes de revalorização	Otras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período			Total
<b>POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2022</b>	6	0,00	0,00	0,00	7532646,93	0,00	6411176,45	968296,78	14912120,16		14912120,16
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>											
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização de excedentes de revalorização											
Excedentes de revalorização											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais					968296,78		2053305,18	-968296,78	2053305,18		2053305,18
	7	0,00	0,00	0,00	968296,78	0,00	2053305,18	-968296,78	2053305,18		2053305,18
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>	8							619391,24	619391,24		619391,24
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>	9=7+8							-348905,54	2672696,42		2672696,42
<b>OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO</b>											
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
	10										0,00
<b>POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2022</b>	6+7+8+10	0,00	0,00	0,00	8500943,71	0,00	8464481,63	619391,24	17584816,58		17584816,58

O Contabilista Certificado,  
José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,  
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

**Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas  
do período findo em 31 de dezembro de 2022**

Valores em Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERIODOS	
		2022	2021
Vendas e serviços prestados	11	6.017.014,03	5.297.493,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9	4.222.798,90	5.242.629,77
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-2.623.449,04	-2.907.707,20
Fornecimentos e serviços externos	12	-2.298.478,79	-1.690.359,21
Gastos com o pessoal	13	-4.515.584,63	-4.879.698,25
Imparidade de dívidas a receber ( perdas/reversões )	10	-148,75	-245,00
Aumentos/reduções de justo valor	17	-224,40	-413,10
Outros rendimentos	14	939.495,19	544.395,99
Outros gastos	15	-141.255,86	-83.260,78
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>1.600.166,65</b>	<b>1.522.835,32</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-990.397,73	-563.604,52
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>609.768,92</b>	<b>959.230,80</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	11/16	13.632,02	9.298,39
Juros e gastos similares suportados	16	-4.009,70	-232,41
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>619.391,24</b>	<b>968.296,78</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>619.391,24</b>	<b>968.296,78</b>

O Contabilista Certificado,

José da Cunha Fernandes – CC 7484

A Direção,

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

**Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa  
do período findo em 31-12-2022**

Valores em Euros

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2022	2021
<b>Fluxos de Caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimento de Clientes e Utentes		5.857.924,16	5.834.854,87
Pagamentos de bolsas		-168.368,42	-213.701,85
Pagamento a fornecedores		-4.714.846,76	-1.456.138,24
Pagamentos ao pessoal		-4.340.899,59	-4.732.375,83
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>-3.366.190,61</b>	<b>-567.361,05</b>
Outros recebimentos/pagamentos		1.789.416,85	2.136.291,40
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		<b>-1.576.773,76</b>	<b>1.568.930,35</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
Pagamentos respeitantes a :			
Ativos fixos tangíveis		-1.431.500,23	-625.303,54
Ativos intangíveis		-26.755,24	-45.673,01
Investimentos Financeiros		-5.234,18	-8.549,96
Recebimentos provenientes de:			
Subsídios ao investimento		2.790.326,61	594.142,95
Juros e rendimentos similares		8.648,63	8.544,57
Dividendos		242,25	242,25
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		<b>1.335.727,84</b>	<b>-76.596,74</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
Recebimentos provenientes de:			
Doações		9.311,19	2.421,00
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares		-4.009,70	-232,41
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		<b>5.301,49</b>	<b>2.188,59</b>
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		-235.744,43	1.494.522,20
EFEITO DAS DIFERENÇAS CÂMBIO			
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO PERÍODO	4	10.148.404,31	8.653.882,11
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM PERÍODO	4	9.912.659,88	10.148.404,31

**O Contabilista Certificado,**  
José da Cunha Fernandes – CC 7484

**A Direção,**  
Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

**ANEXO**

### ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Montantes expressos em Euros)

#### 1. NOTA INTRODUTÓRIA

O Instituto de Patologia e Imunologia Molecular da Universidade do Porto **IPATIMUP**, com sede na Rua Júlio Amaral de Carvalho, no Porto - é uma associação privada sem fins lucrativos de utilidade pública, fundada em 1989 sob a égide da Universidade do Porto.

O IPATIMUP tem por objetivos compreender as causas e a evolução das doenças oncológicas humanas de forma a:

- Avançar no diagnóstico precoce.
- Maximizar a eficiência do tratamento.
- Melhorar a qualidade de vida dos doentes.
- Diminuir a incidência de cancro na população.

As vertentes de actividade do IPATIMUP são:

- Investigar em Oncologia e Genética Populacional, procurando otimizar as interações de diversos domínios científicos (Medicina, Biologia, Genética, Farmácia, Biofísica).
- Desenvolver Recursos Humanos especializados em Oncologia e Oncobiologia.
- Divulgar a Ciência, contribuindo para o aumento da cultura científica da população.
- Prestar serviços diagnósticos e de consultadoria.

Os Associados Efectivos do IPATIMUP são: Câmara Municipal do Porto, Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região Norte, Cruz Vermelha Portuguesa, Europacolón Portugal-Associação de Apoio ao Doente com Cancro Digestivo, Evita – Associação de Apoio a Portadores de Alterações nos Genes Relacionados com Cancro Hereditário, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Instituto Nacional de Saúde Dr. Ricardo Jorge, Liga Portuguesa Contra o Cancro, Fundação BIAL, Health Cluster Portugal, Irmandade dos Clérigos, Pulmonale – Associação Portuguesa de Luta Contra o Cancro do Pulmão, Santa Casa da Misericórdia do Porto e Universidade do Porto.

Os Associados Aderentes são: Faculdade de Medicina da Universidade do Porto, Centro Hospitalar Universitário de São João e Instituto Português de Oncologia do Porto Francisco Gentil.

O IPATIMUP foi um dos quatro primeiros Laboratórios Associados criado pelo Ministério da Ciência e do Ensino Superior em 2000, e está instalado num edifício no Polo 2 (Asprela) da Universidade do Porto.

### 2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL). Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL) e as Normas Interpretativas.

Sempre que o ESNL não responda a aspectos particulares de transacções ou situações, são aplicadas supletivamente e pela ordem indicada, as Normas Internacionais de Contabilidade, adoptadas ao abrigo do Regulamento (CE) nº. 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho; e as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respectivas interpretações SIC-IFRIC.

Foi alterada a política de contabilização dos subsídios relacionados com ativos e dos subsídios à exploração e não foi feito o comparativo, tendo em conta o momento da sua atribuição.

#### Adoção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF-ESNL)

Desde 01 de Janeiro de 2010 até 31 de Dezembro de 2012, o IPATIMUP elaborou e aprovou, demonstrações financeiras de acordo com o SNC, conforme legislação em vigor.

Em 31 de Dezembro de 2012, a preparação destas demonstrações financeiras foi efetuada de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (ESNL), não havendo no entanto lugar a quaisquer ajustamentos, nem foi afetada a comparabilidade dos exercícios.

### 3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

#### 3.1- Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com as NCRF-ESNL em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

#### 3.2 - Rédito

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à data da transação, desde que as seguintes condições sejam satisfeitas:

- º O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- º É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para o Ipatimup;

### 3.3 - Locações

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gasto numa base linear durante o período da locação.

### 3.4 – Subsídios e outros apoios

Os subsídios apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que o IPATIMUP irá cumprir com as condições de atribuição dos mesmos e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios associados à aquisição de ativos não correntes são reconhecidos inicialmente no capital próprio, sendo subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Outros subsídios são, de uma forma geral, reconhecidos como rendimentos de uma forma sistemática durante os períodos necessários para os balancear com os gastos que é suposto compensarem.

### 3.5- Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de dezembro de 2009, encontram-se registados ao custo considerado, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após essa data são inicialmente registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para funcionarem da forma pretendida e, quando aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos.

As depreciações são calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Designação	Anos
Edifícios e outras construções	10 – 50
Equipamento básico	3 – 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 – 10
Outros ativos tangíveis	3 – 10

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

As despesas de manutenção e reparação (dispêndios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são registadas como gastos no período em que são incorridas.

O ganho (ou a perda) resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o montante recebido na transação e a quantia escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre a alienação.

### 3.6 - Intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos são registados ao custo deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas. As amortizações são reconhecidas numa base de linha reta durante a vida útil estimada dos ativos intangíveis. As vidas úteis e método de amortização dos vários ativos intangíveis são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido na demonstração dos resultados prospectivamente.

### 3.7 - Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

A quantia recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa consiste no maior de entre o justo valor deduzido de custos para vender e o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecta as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do activo ou da unidade geradora de caixa relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade. A perda por imparidade é registada de imediato na demonstração dos resultados na rubrica de “Perdas por imparidade”.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando há evidências de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na demonstração de resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda não tivesse sido registada.

### 3.8 - Provisões

São reconhecidas provisões apenas quando o IPATIMUP tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os

activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### 3.9 - Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais.

#### Clientes e utentes e dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e utentes e de outros terceiros encontram-se registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos “cash-flows” esperados, descontados à taxa efetiva, as quais são reconhecidas na demonstração dos resultados do período em que são em que são estimadas.

#### Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

#### Contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

### 3.10 - Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período. Durante o decurso do ano de 2022, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, decorrentes da adoção do ESNL ou estimativas relevantes, relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Ativos fixos tangíveis / estimativas de vidas úteis

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição sendo utilizado o método da linha reta, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua

vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário em cada data de relato.

### 3.11 - Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço (“non adjusting events”) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

### 3.12 - Especialização dos exercícios

As receitas e despesas são registadas de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual estas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre as receitas e despesas geradas e os correspondentes montantes facturados são registadas nas rubricas de diferimentos.

## 4. FLUXOS DE CAIXA

A caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários e aplicações de tesouraria imediatamente mobilizáveis e detalha-se como segue:

FLUXOS CAIXA		31.12.2022		31.12.2021	
		Quantias disponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	2.055	2.055	2.050	2.050
	Subtotais	2.055	2.055	2.050	2.050
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	7.267.788	7.267.788	6.467.552	6.467.552
	Depósitos a Prazo	2.642.817	2.642.817	3.678.802	3.678.802
	Outros depósitos bancários				
	Subtotais	9.910.605	9.910.605	10.146.354	10.146.354
	Aplicações de Tesouraria				
Totais		9.912.660	9.912.660	10.148.404	10.148.404

### 5. PARTES RELACIONADAS

O IPATIMUP está incluído no perímetro de consolidação de contas da UNIVERSIDADE DO PORTO, cujo detalhe dessas operações e os saldos pendentes em Balanço, são como se segue:

Partes Relacionadas	2022	2021
Ativos	558.473	556.529
Passivos	0	90.448
Gastos	121.500	356.548
Rendimentos	721.058	528.787

### 6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos intangíveis: quantias brutas escrituradas	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Marcas comerciais	Outros Ativos	Ativos intangíveis em curso	Totais
Saldo Inicial		603.737	19.759	10.230		633.726
Adições		22.168	4.588			26.756
Revalorizações						
Transferências						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Saldo Final		625.905	24.347	10.230		660.482

Activos intangíveis: amortizações	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Marcas comerciais	Outros Ativos	Ativos intangíveis em curso	Totais
	Outros					
Saldo Inicial		550.828	5.134	6.766		562.728
Reforços		30.044				30.044
Reversões						
Alienações						
Sinistros						
Abates						
Outros		1.278				1.278
Saldo Final		582.150	5.134	6.766		594.050

## 7. ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

Ativos fixos tangíveis: quantias brutas escrituradas	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const.	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	667	1.922.302	8.094.821	889	1.831.365	553.512	12.403.556
Adições			3.476.265		93.657	5.627	3.575.549
Revalorizações							
Transferências							
Alienações							
Sinistros							
Abates							
Em Curso			745				745
Saldo Final	667	1.922.302	11.571.831	889	1.925.022	559.139	15.979.850

Ativos fixos tangíveis: depreciações	Terrenos e Rec. Naturais	Edifícios e out. Const	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Totais
Saldo Inicial	467	630.137	7.001.583	889	1.718.706	495.876	9.847.658
Reforços	67	37.336	851.340		57.461	14.150	960.354
Reversões							
Transferências							
Alienações							
Abates							
Outros			-894				-894
Saldo Final	534	667.474	7.852.029	889	1.776.167	510.025	10.807.118

#### 8. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas reconhecido nos períodos findos 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é detalhado conforme segue:

CMVMC		Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	TOTAIS
Em 31.12.2022	Existência Inicial	31.937	31.937
	Compras	2.615.019	2.615.019
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	23.507	23.507
	CMVMC	2.623.449	2.623.449
Em 31.12.2021	Existência Inicial	27.006	27.006
	Compras	2.912.638	2.912.638
	Regularizações (+/-)		
	Existência Final	31.937	31.937
	CMVMC	2.907.707	2.907.707

**9. SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS**

No que se refere aos subsídios relacionados com ativos, os valores recebidos são reconhecidos como réditos à medida que os bens subsidiados vão sendo amortizados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como réditos, na medida em que o gasto é realizado.

O montante dos subsídios concedidos, reconhecidos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2022 e em 31 de Dezembro de 2021 é detalhado conforme segue:

Relação dos subsídios obtidos			Quantias Concedidas	
			2022	2021
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com ativos	Estado e Outros Entes Públicos	2.788.886	592.271
		Outras Entidades	1.441	1.872
		Subtotais	2.790.327	594.143
	Subsídios à exploração	Estado e Outros Entes Públicos	3.743.459	4.263.264
		Outras Entidades	479.340	979.366
		Subtotais	4.222.799	5.242.630
Totais			7.013.126	5.836.773

**10. INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

CRÉDITOS A RECEBER						
	Quantia Nominal		Imparidade		Valor Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Cientes e Utentes	2.438.755	2.280.065			2.438.755	2.280.065
Cientes Cob. Duvidosa	170	245	149	245	21	0
Totais	2.438.925	2.280.310	149	245	2.438.776	2.280.065

	OUTROS ATIVOS CORRENTES	
	2022	2021
Fornecedores (Saldo contrário)	2.112	6.761
Adiantamentos e outras operações c/ pessoal	19	
Adiantamentos a fornecedores de investimentos	3.014	
Devedores por acréscimo de rendimentos		
Juros a receber	6.421	1.680
Subsídios a receber		
Outros acréscimos de rendimentos		
Outros devedores	8.426.205	13.527.424
<b>Totais</b>	<b>8.437.771</b>	<b>13.535.865</b>

	FORNECEDORES	
	2022	2021
Fornecedores, conta corrente	1.087.637	893.635
Fornecedores, títulos a pagar		
Fornecedores, faturas em receção e confirmação		
<b>Totais</b>	<b>1.087.637</b>	<b>893.635</b>

	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	
	2022	2021
Finanças	-796.373	-217.556
Segurança Social e Fundo de Compensação	111.083	84.164
<b>Totais</b>	<b>-685.290</b>	<b>-133.392</b>
<b>Saldos Devedores</b>		
Retenção Imp. s/ Rendimento		
Iva a Recuperar/Restituir	931.588	334.925
Restantes impostos		
<b>Totais</b>	<b>931.588</b>	<b>334.925</b>
<b>Saldos Credores</b>		
<b>Corrente</b>		
Retenção Imp. s/ Rendimento	63.884	60.927
Iva a pagar	71.331	56.442
Contribuições seg. social	86.373	82.925
Outras Tributações (Fundo de Compensação)	24.710	1.239
<b>Totais</b>	<b>246.298</b>	<b>201.533</b>

	DIFERIMENTOS	
	2022	2021
<b>Gastos a reconhecer</b>		
Seguros		
Outros gastos diferidos	63.883	
<b>Totais</b>	<b>63.883</b>	<b>0</b>
<b>Rendimentos a reconhecer</b>		
Subsídios	4.197.420	11.260.062
Outros rendimentos		
<b>Totais</b>	<b>4.197.420</b>	<b>11.260.062</b>

	OUTROS PASSIVOS CORRENTES	
	2022	2021
<b>Não correntes</b>		
Clientes (saldos contrários)		
Pessoal		
Fornecedores de investimentos		
<b>Totais</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Correntes</b>		
Clientes (saldos contrários)		230
Pessoal		69
Fornecedores de investimentos	2.393.830	246.023
Credores por acréscimos de gastos		
Remunerações a pagar	421.151	567.315
Outros acréscimos de gastos	322.034	1.953
Outros Credores	861.899	937.880
<b>Totais</b>	<b>3.998.914</b>	<b>1.753.470</b>

MOVIMENTOS NAS RUBRICAS DOS FUNDOS PATRIMONIAIS				
	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Fundos				
Excedentes Técnicos				
Reservas				
Resultados transitados	7.532.647	968.297		8.500.944
Ajustamentos em ativos financeiros				
Excedentes de revalorização				
Outras variações nos fundos patrimoniais	6.411.176	2.790.327	737.021	8.464.482
Resultado líquido do período	968.297	619.391	968.297	619.391
<b>Totais</b>	<b>14.912.120</b>	<b>4.378.015</b>	<b>1.705.318</b>	<b>17.584.817</b>

**11. RÉDITO**

Em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 os réditos apresentavam a seguinte composição:

Quantias dos réditos reconhecidas no período	2022	2021
	Réditos reconhecidos no período	Réditos reconhecidos no período
Venda de bens		
Prestação de serviços	6.017.014	5.297.493
Juros	13.390	9.056
Royalties	52.954	12.552
Dividendos	242	242
<b>Totais</b>	<b>6.083.600</b>	<b>5.319.343</b>

**12. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é detalhada conforme se segue:

Fornecimentos e Serviços Externos	2022	2021
Subcontratos	648.710	515.373
Serviços Especializados:	<b>762.120</b>	<b>731.808</b>
Trabalhos Especializados	207.683	87.518
Publicidade e propaganda	747	
Vigilância e Segurança	17.220	58.035
Honorários	166.935	144.497
Conservação e Reparação	363.300	436.836
Outros Serviços Especializados	6.235	4.922
Materiais	<b>126.564</b>	<b>130.891</b>
Energia e fluídos	<b>320.487</b>	<b>88.751</b>
Deslocações, Estadas e Transportes	<b>263.068</b>	<b>54.628</b>
Serviços Diversos:	<b>177.530</b>	<b>168.908</b>

Rendas e Alugueres	8.749	2.816
Comunicação	9.518	9.642
Seguros	6.399	11.458
Contencioso e Notariado	1.459	545
Limpeza, higiene e conforto	75.302	82.857
Outros Serviços	76.103	61.590
<b>Totais</b>	<b>2.298.479</b>	<b>1.690.359</b>

### 13. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica de “Gastos com o pessoal” em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 detalha-se da seguinte forma:

Gastos com o Pessoal	2022	2021
Remunerações do Pessoal	3.471.922	3.712.998
Encargos sobre Remunerações	771.431	821.389
Seguro de acidentes de trabalho e doenças profissionais	17.958	22.569
Outros gastos com Pessoal	254.274	322.742
<b>Totais</b>	<b>4.515.585</b>	<b>4.879.698</b>

### 14. OUTROS RENDIMENTOS

A composição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

Outros Rendimentos	2022	2021
Rendimentos Suplementares	52.954	16.927
Descontos p.pto. obtidos		
Rendimentos e Ganhos em Inv. Financ.	90	783
Outros	886.451	526.686
<b>Totais</b>	<b>939.495</b>	<b>544.396</b>

**15. OUTROS GASTOS**

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 é conforme se segue:

Outros Gastos	2022	2021
Impostos	3.656	10.211
Descontos p.pto. concedidos		25
Dívidas Incobráveis		
Outros	137.600	73.025
<b>Totais</b>	<b>141.256</b>	<b>83.261</b>

**16. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES**

Os gastos e perdas de financiamento em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 são detalhados conforme se segue:

Juros e Rendimentos Similares Obtidos	2022	2021
Juros Obtidos	13.390	9.056
Outros	242	242
<b>Totais</b>	<b>13.632</b>	<b>9.298</b>

Juros e Gastos Similares Suportados	2022	2021
Juros Suportados	4.010	232
Diferenças de câmbio desfavoráveis		
Outros		
<b>Totais</b>	<b>4.010</b>	<b>232</b>

**17. OUTRAS INFORMAÇÕES**
**Investimentos Financeiros**

Os Investimentos Financeiros em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021 são os seguintes:

	Entidade	2022			2021		
		Valor Nominal	Aum/Red.	Valor Contabilístico	Valor Nominal	Aum/R ed.	Valor Contabilístico
Investimentos Financeiros							
Acções	CIMPOR	205		205	205		205
Acções	EDP	6.161	-224	5.937	6.574	-413	6.161
Outras Participações	I3S		5	5			
Outros Inv. Financeiros (FCT-Fundo Comp. Trab.)	FUNDO COMPENSAÇÃO	56.361	5.229	61.590	47.811	8.550	56.361
Totais		62.727	5.010	67.737	54.590	8.137	62.727

**18. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO**

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Direção e autorizadas para emissão em 15 de março de 2023.

**O Contabilista Certificado,**

José da Cunha Fernandes - CC 7484

**A Direção,**

Presidente Prof. Manuel Sobrinho Simões

Vogal Prof. José Carlos Machado

Vogal Prof. Jorge Lima

# CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO  
S R O C

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **IPATIMUP – INSTITUTO DE PATOLOGIA E IMUNOLOGIA MOLECULAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2022 (que evidencia um total de 27.115.085,92 euros e um total de fundos patrimoniais de 17.584.816,58 euros, incluindo um resultado líquido de 619.391,24 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **IPATIMUP – INSTITUTO DE PATOLOGIA E IMUNOLOGIA MOLECULAR DA UNIVERSIDADE DO PORTO** em 31 de dezembro de 2022 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

1 / 3

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO

S R O C

- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

2 / 3

AFONSO FERNANDES & ASSOCIADO  
S R O C

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

**RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES**

**Sobre o relatório de gestão**

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

Porto, 20 de março de 2023

Afonso Fernandes & Associado, SROC, Lda., SROC n.º 206, registo na CMVM n.º 20161502

Representada por:



Afonso da Cunha Fernandes, ROC n.º 825, registo na CMVM n.º 20160453